

“A LETRA MATA, MAS O ESPÍRITO COMUNICA A VIDA” (2Cor 3,6)

Ademir Rubini

Quando nos referimos ao tema da relação entre “letra” e “Espírito”, diversas questões se levantam, a partir da tentativa de resgatar o sentido que a Bíblia tem para nós hoje. Em que sentido podemos dizer que a Bíblia é a Palavra de Deus? Há diferença entre Bíblia e Palavra? A autoridade da Bíblia vem em razão de ser um livro inspirado por Deus, em todos os seus detalhes e sem erros, ou ela é muito mais uma fonte de inspiração? O que queremos dizer quando afirmamos que a Bíblia é um livro inspirado? Quem é o autor da Bíblia? Os escritos da Bíblia são verdades eternas, independentes de seu contexto histórico e cultural? Quem é inspirado: o autor ou seus escritos? Qual o papel do humano na autoria da Bíblia? Como abordar as contradições que aparecem entre a Bíblia e as ciências? De que maneira Deus está na origem da Bíblia? Qual a intenção dos escritos bíblicos e como interpretá-los de forma adequada?

Assim, poderíamos continuar o elenco de questões referentes à formação e a interpretação da Bíblia. Mas, certamente as que foram mencionadas são suficientes para percebermos a complexidade e, ao mesmo tempo, a importância de abordar este tema. Parece urgente a necessidade de construirmos um método de leitura bíblica que supere qualquer forma de fundamentalismo, para não traírmos o verdadeiro sentido que a Bíblia traz em seu interior. É necessário considerar o sentido que tem a Bíblia, como letra escrita, enquanto meio de percepção da Palavra de Deus, superando alguns equívocos e firmando alguns princípios que são fundamentais nesta tarefa.

Religião do Livro ou da Palavra?

O judaísmo, o cristianismo e o islamismo são três religiões que possuem Escrituras Sagradas. Contudo, seria um equívoco colocá-las na mesma perspectiva, quando se expressa sobre a relação entre estas religiões e seus respectivos textos sagrados. No judaísmo, a Torá oral e a escrita têm o mesmo valor, ambas remetem ao Monte Sinai. O cristianismo, embora herdando do judaísmo o Antigo Testamento, o interpreta a partir do cunho cristão e o expressa no Novo Testamento. O islamismo, por sua vez, difere tanto do judaísmo como do cristianismo. Enquanto no judaísmo e no cristianismo os textos sagrados são coletâneas de diversos gêneros literários, no islamismo o Alcorão é considerado um texto profético, transcrito diretamente de Deus.

Para o muçulmano, o Corão é a palavra de Deus imediata, enquanto que, na perspectiva cristã, a Bíblia é vista apenas *indiretamente* como palavra de Deus, pois

essa não é identificada com um livro ou com o original celestial desse livro, mas com o *logos* que se tornou ser humano, isto é, com a pessoa de Jesus Cristo¹.

Disso resulta uma questão essencial, a qual ajudará na maneira como podemos reconhecer na Bíblia a Palavra de Deus. Esta não se confunde com a letra escrita, mas é encontrada nela de modo indireto. Assim, o mais correto seria dizer que a religião cristã, bem como a judaica, não são religiões do Livro, mas da Palavra, ao contrário do islamismo. É importante ter em mente essa diferença, como um pressuposto diante do desafio da interpretação bíblica. A dinâmica da revelação na Bíblia, a partir do princípio da encarnação, mostra que Deus se comunicou mediante palavras humanas, através do jeito humano de falar, com as limitações da cultura humana. Isto, porém, não diminui o valor da Sagrada Escritura, enquanto fonte onde podemos encontrar a Palavra de Deus. Ao contrário, expressa a grandeza de Deus, que se revelou na história de forma descendente, principalmente através de Jesus Cristo, que é a plenitude da revelação (*Dei Verbum* 164), e que assumiu, com todas as consequências, a natureza humana (Fl 2,6-11). Tudo isso precisa ser levado em conta na hora de interpretar um texto bíblico. Quanto mais humanos nos tornarmos, mais profundamente adentraremos no mistério de Deus.

O lado humano e o divino da Bíblia

A inspiração bíblica muitas vezes foi compreendida como inspiração *verbal*, como se o autor humano escrevesse o que Deus, de certa maneira, lhe ditava. “Tomou-se como modelo a inspiração divina aos profetas. Nos escritos dos profetas afirma-se que Deus ditava ao profeta ou colocava em sua boca as palavras que deveria dizer”². Assim, como tudo vem de Deus, independente do autor, tudo o que foi colocado por escrito está livre de erros e constitui verdade eterna, literalmente. Isto pode ser um primeiro indício de fundamentalismo.

Outra ideia que se formou na tradição é que cada um dos escritos da Bíblia foi composto por apenas um autor sagrado, o hagiógrafo, considerado o único inspirado. Esta forma de entender desconsidera o processo pelo qual passou cada texto bíblico. Muitos acontecimentos foram registrados muito tempo depois de terem acontecido, foram retomados em alguns momentos da história e relidos a partir dos acontecimentos presentes. A rigor, muitos textos foram escritos em mutirão, por diversas pessoas, ao longo de diversos momentos da história do povo de Deus. Como a Bíblia levou mais de mil anos para ser escrita, o desenvolvimento de sua escritura seguiu uma dinâmica processual. Não há como negar que muitos textos escritos da Bíblia passaram por um longo processo de tradição oral e escrita. Nem sempre o autor literário foi o autor intelectual de um texto.

Antes de ser escrita, a Bíblia foi primeiramente vivida nos acontecimentos da história do povo. Através de sua história, o povo fez experiências da presença atuante

1. KÖRTNER, Ulrich H.J. *Introdução à Hermenêutica Teológica*. Tradução de Paul Tornquist. São Leopoldo: Sino-dal/EST, 2009, p. 118.

2. ARENS, Eduardo. *A Bíblia sem mitos – uma introdução crítica*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 240.

de Deus na sua vida. Esta memória da ação de Deus foi sendo lembrada e contada através das gerações (Dt 6,4-9.20-25; 1Jo 1,1-4; Sl 78,3-4), as quais reliam o passado à luz dos acontecimentos presentes, integrando a ela os fatos de sua vida, que iam se somando aos da história passada. Aos poucos, a história foi sendo celebrada através de ritos próprios (Ex 12,14.26-27), que expressavam a presença de Deus, a vivência e o testemunho da fé do povo. Toda esta caminhada histórica – de viver, contar, celebrar, testemunhar – foi sendo, aos poucos, registrada por escrito.

Portanto, a inspiração não pode reduzir-se a um “ditado” de Deus ou do Espírito Santo, muito menos pode ser relacionado a uma só pessoa. Normalmente é fruto de uma caminhada histórica e é reflexo da vivência do povo, marcado por sua cultura, seus costumes e condicionamentos históricos. O escritor humano foi movido por Deus, mas não podemos desconsiderar sua personalidade, como se fosse um instrumento cego e mecânico de Deus. Além disso, “sob o termo ‘autor’ é necessário incluir todos os que contribuíram na formação do texto bíblico: o que formulou a tradição pela primeira vez, os que a transmitiram, reformulando-a, o que a colocou por escrito mais tarde, e também o que lhe deu o toque final”³. Todos estes sujeitos têm parte na autoria de um determinado texto bíblico. Aí percebemos que, embora seja algo pessoal, a inspiração é também um fenômeno coletivo.

A relação entre Bíblia e Revelação

A autoridade da Bíblia que se fundamenta na absoluta infalibilidade, como se tudo o que está escrito nela é livre de qualquer erro, corre o risco de negar o autor humano ou considerá-lo mero objeto. Neste caso, o que interessa é somente o texto e sua autoria divina. Ou seja, há uma negação do contexto histórico e cultural de onde surgiu o texto. Esta inspiração verbal, que já comentamos acima, acaba identificando Revelação com Bíblia, como se toda a Revelação de Deus estivesse na Bíblia. Neste aspecto é importante fazermos uma distinção: embora na Bíblia esteja a Revelação, esta vai além daquela. “Recordemos que a Bíblia é, entre outros, um conjunto de *testemunhos de vivências* reveladoras, e não a Revelação mesma. Deus não se revelou em livros, mas em acontecimentos”⁴. Este pressuposto é fundamental para não cairmos numa concepção livresca da Bíblia, correndo o risco de dar mais importância para a demonstração da suposta historicidade de todos os detalhes do que aquilo que realmente é essencial, ou seja, o seu significado.

Na relação entre Deus, os autores humanos e os textos escritos, é preciso valorizar cada instância, dando a cada uma delas o papel que lhe é devido. Quando nos referimos aos textos, estes precisam ser entendidos como registros dos testemunhos de vivências ou de experiências da presença de Deus e não como crônicas do que aconteceu

3. Idem, *ibidem*, p. 244.

4. Idem, *ibidem*, p. 266.

ou ditados. Assim também o papel do autor humano vai além de ser um instrumento de Deus, como se fosse um mero secretário, que copia o que Deus lhe diz, independente de sua realidade pessoal e histórica. Antes dos textos, os inspirados são seus autores. “A inspiração é essencialmente presença e comunicação divina, e esta se dá a pessoas, não a escritos. Os escritos podem qualificar-se como inspirados somente na medida em que seus autores o estiveram”⁵. Isso nos faz valorizar o autor enquanto ser humano e reconhecê-lo como alguém que foi inspirado ao escrever o texto bíblico, sem negar sua condição humana e seu contexto histórico e cultural. Se o texto é inspirado, é porque seu autor esteve inspirado e não apesar dele.

O mistério da encarnação na Bíblia, presente na forma como Deus foi se revelando, é visível nos diversos gêneros literários, próprios da cultura de cada época, e nas diferentes maneiras de entender e se relacionar com Deus. Não é que Deus foi mudando de identidade, mas mostra justamente como os condicionamentos históricos e culturais interferem na percepção da ação de Deus e na compreensão que se vai construindo dele. Pode-se dizer que houve uma evolução e um amadurecimento do pensamento bíblico, embora Deus tenha se revelado em toda a história, antes mesmo de ser escrita. Neste sentido, “mais do que um conjunto de discursos ou de pronunciamentos divinos, a Bíblia contém testemunhos de vivências reais, humanas e históricas. Portanto, não se pode reduzir tudo a um conjunto de ‘verdades eternas’ inspiradas”⁶. Temos de entender que muitos textos bíblicos foram escritos para resolver questões bem concretas, em situações bem diversas das nossas. Por isso, precisam ser entendidos dentro do seu contexto.

Os fenômenos da linguagem na comunicação da Palavra de Deus

A inspiração quase sempre esteve ligada à produção do texto bíblico. Atualmente, mediante os conhecimentos da linguística, surgiu a necessidade de repensar a inspiração bíblica no processo de comunicação da Palavra de Deus. Um texto escrito precisa ser considerado dentro da semiótica, que é a ciência dos signos que estuda os fenômenos culturais como sistemas de signos que transmitem um significado. Um dos fenômenos da linguagem é que há um emissor, do qual provém uma mensagem, e um receptor da mensagem, que precisa decodificá-la. Daí a importância da análise estrutural para a exegese bíblica. Para haver uma compreensão comum entre o emissor e o receptor (esta é a intenção de quem fala ou escreve), é necessário que o receptor capte o código linguístico selecionado pelo emissor. Caso contrário, não haverá compreensão, muito menos comunicação⁷.

Esse fenômeno linguístico nos leva a considerar outro sujeito no processo de inspiração ou de captação da Palavra de Deus. Além do autor do texto bíblico, presente desde a tradição oral até a redação final, há também um receptor, que, em última instância, está envolvido. “Em termos de inspiração, que é uma comunicação, o receptor

5. Idem, *ibidem*, p. 250.

6. Idem, *ibidem*, p. 256.

7. CROATTO, J. Severino. *Hermenêutica Bíblica*. Para uma leitura como produção de significado. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 1986, p. 18.

também tem de estar inspirado para compreender o texto como Palavra de Deus”⁸. Se a Bíblia é entendida como uma fonte de inspiração e não como um livro de receitas, sua compreensão exige também sintonia espiritual entre o texto e quem o lê. Assim como a compreensão de um texto requer uma sintonia entre o emissor e o receptor, o discernimento da Palavra de Deus, escondida na Bíblia, exige do receptor a capacidade de decodificar o significado do que foi escrito. Um texto, por si só, não diz nada. Para comunicar algo é necessário que haja uma interpretação do mesmo. Essa tarefa hermenêutica respeita o texto enquanto tal, aproximando-se do mundo do seu autor, da sua intenção original, do seu processo de elaboração, para evitar interpretações arbitrárias. Ao mesmo tempo, vai além dele, na tentativa de atualizar seu sentido para hoje.

Ficar só com a letra da Bíblia, só com os fatos e os textos, sem procurar o que fica além, por trás ou por dentro dos fatos e dos textos, isto é, sem procurar a sua orientação para Cristo e para a comunidade que vive hoje a sua fé, seria interpretação judaica da Bíblia. Os judeus é que paravam na letra, sem perguntar pelo destino da mesma para Cristo⁹.

A retomada de acontecimentos fundantes da história do povo, presentes em diversos textos bíblicos, tem como objetivo ir além deles mesmos. Embora os textos sejam frutos da inspiração, é preciso reinterpretá-los, para tornar seu ensinamento atual. Ao lembrar o passado se tem a intenção de iluminar o presente. Quando se retoma o êxodo, a intenção não é propriamente lembrar a saída do Egito enquanto tal, mas seu significado no momento atual. Assim também, quando os evangelistas escreveram sobre Jesus e sua prática, sua intenção não era propriamente lembrar o passado em si mesmo, com seus detalhes históricos, mas acima de tudo ajudar as comunidades cristãs na compreensão de sua fé, a partir de suas necessidades e conflitos.

Isso significa que, mais importante do que a letra em si mesma é o seu sentido, sua capacidade de inspiração e comunicação da Palavra de Deus, a partir do contexto atual. O mesmo Espírito que inspirou o autor do texto bíblico continua inspirando os que o leem e o interpretam, reconhecendo a presença de Deus que se revela. “O Espírito não pode ser aprisionado entre as letras dos escritos bíblicos. Estes são *meios* de comunicação que *remetem a Deus*, à sua presença ativamente orientadora, presença que se projeta para o futuro, passando pelo ontem e pelo hoje”¹⁰.

A inspiração bíblica

Embora haja mútua relação entre Revelação e inspiração, uma complementando a outra, são realidades distintas. Enquanto a “Revelação é a manifestação da presença de Deus na história humana, [...] a inspiração, ao contrário, é o dom (carisma) divino que guia as pessoas a reconhecer, compreender, interpretar e transmitir corretamente

8. ARENS, Eduardo. Op. cit., p. 259.

9. MESTERS, Carlos. *Flor sem defesa*. Uma explicação da Bíblia a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 58.

10. ARENS, Eduardo. Op. cit., p. 271.

as manifestações reveladoras de Deus na história”¹¹. A Bíblia não é toda a revelação, mas para os cristãos é sua expressão mais clara, escrita em linguagem humana. Neste sentido, a Bíblia se constitui num meio privilegiado para entendermos a revelação de Deus, que foi sendo compreendida e testemunhada no decorrer da história e que continua se manifestando até os dias de hoje.

Antes de ser Palavra de Deus, a Bíblia é literatura religiosa. Não podemos confundir simplesmente Bíblia com Palavra de Deus.

A Bíblia não esgota a Palavra de Deus e esta por sua vez transcende o texto da Bíblia. A Bíblia foi escrita numa época e num espaço bem determinados. A Palavra de Deus transcende *essa* história [...]. O único absoluto é a Palavra de Deus, e a Bíblia é algo *relativo*, um instrumento que se acha em função da Palavra de Deus, a seu serviço¹².

Neste sentido, temos de ter alguns cuidados quando relacionamos Bíblia e Palavra de Deus, não esquecendo que a Bíblia é constituída de palavras humanas e como tais expressam sentimentos humanos de todos os tipos que, se forem interpretados ao pé da letra, podem ir contra os princípios fundamentais que a Bíblia como um todo nos revela. Na Bíblia há erros de informação e diversos conceitos teológicos que se contradizem. Isso mostra que as palavras da Bíblia foram condicionadas por fatores culturais e históricos, bem como por limitações de conhecimento por parte de quem a escreveu. “Por tudo o que foi dito, devemos *distinguir entre a letra e o espírito*, entre as palavras escritas e a mensagem”¹³.

A relação entre “letra” e “Espírito”

A relação entre letra e Espírito aparece nos escritos paulinos (Rm 2,29; 7,6; 2Cor 3,6). Para Paulo, a letra era a lei escrita, que vinha do Antigo Testamento e que todo judeu fiel à sua religião praticava. Podia tornar-se uma prática externa e ritualista. Porém, a partir de Cristo, iniciou um novo tempo, uma Aliança nova, o tempo do Espírito. Esta Aliança não está baseada na letra, mas no Espírito, “*pois a letra mata, mas o Espírito comunica a vida*” (2Cor 3,6). Jesus, com sua vida e com suas palavras, propõe a todos uma chave para encontrar o Espírito na letra, nas instituições.

A Nova Aliança inaugurada por Cristo, no seu Mistério Pascal, revela que a salvação não vem pela prática ritualista, legalista e dogmática da Lei. Esta é incapaz de salvar. A justificação é um gesto gratuito de Deus e não vem através do mérito de ninguém, a não ser de Cristo, em favor de todos os que creem (Rm 3,21-24). É o Espírito que nos dá a vida, porque pela lei todos estão impossibilitados de se salvar. Enquanto a “letra” representa o ministério da morte, gravado com letras sobre a pedra, por Moisés (2Cor 3,7), o “Espírito” escreveu a Lei de Cristo, não em tábuas de pedra, mas nos co-

11. Idem, *ibidem*, p. 275.

12. RICHARD, Pablo. *Leitura popular da Bíblia na América Latina (Hermenêutica da libertação)*. RIBLA, n. 1. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Imprensa metodista, São Leopoldo: Sinodal, 1988, p. 11.

13. ARENS, Eduardo. *Op. cit.*, p. 295.

rações (2Cor 3,3). O profeta Jeremias havia profetizado o selo da nova aliança, cuja lei seria escrita nos corações humanos (Jr 31,31-33).

Vemos, portanto, que Paulo contrapõe as duas alianças, a antiga e a nova, usando uma linguagem bastante negativa ao escrever sobre a aliança antiga, referindo-se à “pedra (tábuas)” e à “letra (lei escrita)” como sinais da morte. “Mas a finalidade desses enérgicos negativos é fortalecer a afirmação principal: que a aliança antiga foi ultrapassada e substituída por algo melhor. [...] A vinda de Cristo marcou uma era nova e escatológica no desígnio global de Deus”¹⁴. Alguns dos conterrâneos judeus compreenderam este resgate do Espírito que Jesus fez por dentro do Judaísmo. É bom lembrar que Jesus, seus primeiros discípulos e discípulas eram todos e todas do judaísmo. Paulo também. Nem Jesus quis instituir uma nova religião nem seus primeiros seguidores e seguidoras viam a mensagem de Jesus como algo fora do judaísmo, mas, ao contrário, eles e elas o vivenciaram como a descoberta/resgate do núcleo libertador, salvífico, o Espírito de Deus, dentro das letras, leis e instituições do judaísmo. Este foi o problema de certas lideranças judaicas, o fato de não terem percebido a novidade trazida por Cristo, por causa de seus espíritos obscurecidos (2Cor 3,14). Este é também o problema dos cristãos, que vivem um cristianismo em grande parte marcado pelo ritualismo e pelo dogmatismo, afastado da vida e da prática concreta do amor, da solidariedade e da justiça.

É interessante notar que neste contexto Paulo não usa o termo “lei” (*nomos*), mas “letra” (*gramma*). O seu sentido é para não confundir pura e simplesmente a letra com a Lei, e sim significar a lei escrita. Na verdade, o que estava em jogo era a incapacidade de entender adequadamente a lei mosaica e seu alcance limitado e temporário. “E presumivelmente é essa incapacidade de compreender que dá à letra o seu caráter mortífero, ao contrário da escrita do Espírito no coração humano” (3,3.6-7)¹⁵. Neste sentido, o que transparece mais fortemente não é propriamente a necessidade de abolir a Lei, mas a oposição entre letra e Espírito se refere à Lei sem o Espírito, vinda do Sinai, e a Lei com o Espírito, vinda de Cristo.

A liberdade no Espírito

Com a vinda de Cristo, marcando a Nova Aliança, mediante seu Mistério Pascal, tudo passou a ter um novo sentido. O Antigo Testamento passou a ser relido nesta perspectiva. Jesus Cristo se tornou o centro e o critério maior para discernir a presença de Deus que se revela a partir de toda a Bíblia. É Jesus Cristo que faz cair o véu que impedia de ver com profundidade o mistério de Deus nele revelado, mediante seu Espírito (2Cor 3,16-17). Viver segundo o Espírito é viver na liberdade, conquistada por Jesus Cristo, colocando-se ao serviço uns dos outros (Gl 5,1.13), examinando tudo e ficando com o que é bom (1Ts 5,21).

O valor da liberdade sempre foi muito caro aos judeus. O povo de Israel se formou como povo a partir de uma experiência fundante, ou seja, o Êxodo. Ele tinha

14. DUNN, James D.G. *A teologia do apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 188.

15. Idem, *ibidem*, p. 190.

consciência de que vivia essa liberdade, fruto da ação de Deus, que o libertou da escravidão do Egito. Essa liberdade muitas vezes ficou comprometida política e economicamente ao longo da história. O que passou a dar identidade ao povo de Israel como povo livre foi a observância da Lei mosaica. Isso fazia com que os judeus considerassem sua religião melhor do que qualquer outra. Mas, na verdade, essa ideia não deixava de ser uma contradição. Se, por um lado, os judeus se consideravam livres, pela prática da Lei, por outro, eram escravos de um legalismo. Paulo percebeu esta contradição. Por isso ele disse: *É para a liberdade que Cristo nos libertou* (Gl 5,1).

No tempo de Paulo era muito forte o comércio de escravos. Praticamente a legislação romana não assegurava nenhum direito a quem era escravo, a não ser que comprasse sua liberdade, tornando-se parte da categoria dos libertos. Caso contrário, era uma pessoa totalmente desprovida de liberdade, de autonomia, pois era propriedade de seu senhor, como uma mercadoria. Esta desigualdade justificava-se filosoficamente a partir da lei natural. “Para que pudesse existir a aristocracia, argumentava-se, era necessário que os deuses proovessem os aristocratas de quem os servisse”¹⁶. Para a aristocracia o trabalho manual era desgraça, porque tirava o tempo da atividade intelectual. O que mais dava prestígio era poder viver de suas propriedades e do trabalho alheio, sem precisar trabalhar. Apenas algumas atividades, além da intelectual, eram consideradas importantes pela aristocracia: os cargos políticos e administrativos e a carreira militar.

Quando um escravo era comprado, o era para continuar sendo escravo do novo dono, com uma vida semelhante à anterior. O preço pago por ele não era para resgatá-lo para a liberdade. Na prática continuava escravo.

Alguns escribas enfatizavam que Deus havia resgatado os israelitas do Egito, não para serem seus filhos, mas seus escravos. Por isso também teriam agora a obrigação de obedecer às suas instruções. Outros discordavam: Deus não somente tinha comprado Israel, mas o resgatou para a liberdade. É com esse segundo entendimento da redenção que Paulo estabelece conexão¹⁷.

Seria uma contradição dizer que Cristo haveria nos libertado se continuássemos escravos da lei. O resgate realizado por Cristo nos deu um novo espírito, não de escravos, mas de filhos adotivos, portanto, livres (Rm 8,15)¹⁸.

16. ARENS, Eduardo. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João*. Aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 1997, p. 61. Assim, aos próprios escravos era transmitida uma ideologia segundo a qual fazia parte do seu destino estar nesta condição, inclusive como vontade dos deuses.

17. POHL, Adolf. *Carta aos Gálatas*. Comentário Esperança. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1999, p. 166.

18. Entendendo o conceito de liberdade como a faculdade que uma pessoa tem de pensar, decidir e agir por si, sem coerção, respeitando as leis estabelecidas, ela tem três aspectos dentro do contexto bíblico: a) Físico: Quando um israelita se tornasse escravo de outro israelita, devia ser libertado no ano do jubileu (Lv 25,8-17); b) Espiritual: Profetizada no AT (Is 61,1) e cumprida em Cristo (Lc 4,18), a liberdade se torna concreta ao que crê em Cristo, libertando-o do pecado (Jo 1,29; Rm 6-7), da morte, da condenação, do medo (Rm 8) e da Lei (Gl 3); c) Moral: libertado de todos os poderes opressores, o cristão vive a liberdade no serviço ao próximo, vivendo no amor (Rm 14; 1Cor 8-10). Cf. NETO, Jonas, *Gálatas: a epístola da liberdade*. Disponível em: <http://www.admarechalhermes.com.br/home/modules/Departamentos/images/ebd/02-10-2009.pdf>, acessado em dia 26.08.09.

Para Paulo a verdadeira liberdade não vem pela prática da Lei, mas pelos méritos de Cristo (Gl 5,1). O fundamento da liberdade é Cristo. Nossa liberdade é a que temos em Cristo Jesus (Gl 2,4). “O cristão livre não é o ser humano deixado solto, mas aquele que vive com seu libertador e para o seu libertador. Fora do senhorio de Cristo a liberdade é uma ilusão. Tão somente encobriríamos nossas paixões e desejos com uma palavra grandiosa” (Gl 5,13)¹⁹. Disso resultam implicações que envolvem uma prática de acordo com a proposta de Jesus. É através do seguimento a Cristo que, de fato, demonstramos nossa liberdade. Porque Cristo nos liberta pelo amor e para o amor. É a prática do amor que revela o Espírito de Deus, dentro do judaísmo e também dentro do cristianismo.

É crendo em Jesus que podemos ser livres. Em Jesus, morto e ressuscitado, temos um novo Êxodo. Este é realizado, não por Moisés, mas por Jesus; não do Egito, mas do mundo dominado pela maldade (Gl 1,4). Viver o evangelho é viver na liberdade proporcionada por Cristo morto e ressuscitado. Essa liberdade é fruto do Espírito de Deus, que nos faz perder o medo de testemunhar Jesus Cristo, morto e ressuscitado. O Espírito nos transforma em pessoas livres da lei e dos rituais e livres para viver o amor. Foi esse o processo ocorrido com os discípulos de Jesus, que após a vinda do Espírito perderam o medo de viver sua fé em Cristo, mesmo diante da morte²⁰.

A liberdade que Paulo anunciava era consequência do dom da salvação, realizado pelos méritos de Cristo. Mas, esta liberdade tinha, por outro lado, consequências práticas para os libertados. A liberdade em Cristo não é apenas *de*, mas também liberdade *para*.

Essencialmente é uma liberdade *para* um jeito de viver. Isto é, não se deve conceber a liberdade cristã tanto em termos *apenas* negativos (“sou livre para *não* fazer isto e aquilo”) quanto em termos positivos (“sou livre *para* fazer isto e aquilo”). Mas como sabemos o que podemos e devemos fazer? E aí Paulo simplesmente cita o mandamento central do comportamento cristão: “Ame os outros como você ama a você mesmo” (v. 15), lembrando tanto o Antigo Testamento em Lv 19,18 quanto as palavras de Jesus registradas em Mc 12,31. Somos livres para *servir* uns aos outros!²¹

Portanto, Paulo deixa claro que há implicações éticas para quem se torna cristão. *É para a liberdade que Cristo nos libertou* (Gl 5,1). O resgate que Cristo realizou nos libertando de todo tipo de escravidão torna-se frutuoso quando vivermos na prática a condição de libertados, que se expressa no amor fraterno.

19. POHL, Adolf. Op. cit., p. 66.

20. Mesmo pertencendo ao grupo dos fariseus, que eram os mais zelosos da lei, Paulo foi o grande pregador da liberdade cristã. Foi por esta razão que sofreu hostilidades tanto dos judeus como dos cristãos de origem judaica, e nem o concílio de Jerusalém (At 15) conseguiu acabar com a polêmica. Cf. NADAIS, Hermínia. *Carta aos Gálatas*. Disponível em:

<http://omeuanopaulino.blogspot.com/2009/05/carta-aos-galatas.html>, acessado em 26.08.09.

21. *O fruto do Espírito*. Disponível em:

<http://escriturasagrada.com/wp-content/uploads/2008/08/o-fruto-do-espírito.pdf>, acessado em 26.08.09.

A graça da filiação divina nos é dada por Deus pela ação do Espírito. A condição de filhos de Deus tem como consequência o derramamento do Espírito nos corações (Gl 4,6). “O que Paulo está deixando claro é que a adoção e o dom do Espírito são concomitantes”²². O próprio Espírito de Deus nos seres humanos é que dá testemunho de que são filhos de Deus (Rm 8,16).

O Espírito é enviado em nossos corações (Gl 4,6). Esta metáfora traz presente nossa realidade humana.

O único que sabe dar um jeito no nosso coração é Deus. Por isso seu Espírito também é a única resposta genuína para os problemas do nosso coração. Somente ele alcança a raiz de nosso mal, capta o sentido mais profundo de nosso desespero e move criativamente o cerne de nosso ser²³.

O legalismo dos judaizantes ia contra o princípio de que a condição de filhos de Deus fosse, em primeiro lugar, dom de Deus. Segundo o critério defendido por eles, era o ser humano que ascendia a Deus pelas obras da lei. Paulo, ao contrário, afirma que não é o ser humano que sobe, é Deus que desce, enviando seu Espírito aos corações (Gl 4,6). É isto que transforma o ser humano numa nova criatura. “O Espírito de Jesus Cristo habita o núcleo mais íntimo de nosso ser, o nosso coração. [...] Transformando o homem e o seu interior confere-lhe um novo coração e um novo espírito”²⁴.

A partir da visão apocalíptica de Paulo, com a ressurreição de Jesus iniciou o tempo do Espírito. Neste sentido, a ressurreição de Jesus e a vinda do Espírito Santo é a mesma coisa. Viver no Espírito é acolher o Espírito de Jesus ressuscitado, seguindo o seu caminho, deixando-se conduzir pelas mesmas ideias e pela mesma prática de Jesus. Ou seja, viver o Evangelho significa viver no Espírito.

Quem acolhe a proposta de Jesus, morto e ressuscitado, é justificado diante de Deus e passa a viver no Espírito. “Agora a tarefa do cristão consiste em viver o que ele é. É preciso que, também em sua vida prática, se porte como filho de Deus. ‘Porque os que são movidos pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus’”²⁵.

É pelo Espírito de Jesus, derramado em nossos corações, que acolhemos a presença e a salvação de Deus em nossa vida (Gl 4,6). Viver segundo o Espírito supõe pausar a conduta sintonizada com Ele (Gl 5,25). É adequar nosso espírito ao Espírito de Jesus, fazendo com que nossas ações estejam em sintonia com o projeto por Ele revelado. Isso exige uma postura e uma decisão, que se manifestam quando nos deixamos conduzir pelo Espírito e não pelos desejos da carne (Gl 5,16)²⁶.

22. GUTHRIE, Donald. *A Epístola aos Gálatas*. Introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1984, p. 145.

23. POHL, Adolf. Op. cit., p. 146.

24. SCHNEIDER, Gerhard. *A Epístola aos Gálatas*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 105.

25. SCHNEIDER, Gerhard. Op. cit., p. 106.

26. O binômio “carne-Espírito” é usado por Paulo para mostrar a ineficácia da lei, que se encontra na esfera do instinto, tentando dominá-lo, inutilmente, por uma atitude externa. O espírito é um dinamismo interno. Cf. SCHÖKEL, Luís Alonso. *Bíblia do peregrino*. 2. ed., São Paulo: Paulus, 2006, p. 2800. “Carne”, porém, não significa sexualidade nem o seu abuso. É antes a existência humana entregue às suas próprias forças, como se nela mesma pudesse resolver seus problemas. O “Espírito” é a força divina em nós, o próprio Jesus Cristo ressuscitado ou o Espírito Santo. Cf.

Da mesma forma, a interpretação da Bíblia precisa ultrapassar a “letra” para encontrar o “Espírito”, porque a letra, por si só, sem o Espírito, pode ofuscar nossa comunicação com Deus. O sentido literal do texto bíblico precisa ser levado em conta. Através do trabalho exegético chega-se ao sentido-em-si do texto. Isto, porém, não pode ser o ponto de chegada, mas instrumento para se chegar ao sentido espiritual e descobrir o sentido-para-nós hoje, que ajuda a iluminar a realidade presente conforme os desígnios de Deus. “A Bíblia só existe em função da vida, para que esta nos fale novamente de Deus, do Deus vivo e verdadeiro, libertador desde o começo”²⁷. Este é o critério maior a ser considerado em toda a interpretação da Bíblia.

Referências bibliográficas

ARENS, Eduardo. *A Bíblia sem mitos* – uma introdução crítica. Tradução de Celso Márcio Teixeira. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João. Aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BÍBLIA DO PEREGRINO. 2. ed., São Paulo: Paulus, 2006.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.

CROATTO, J. Severino. *Hermenêutica Bíblica*. Para uma leitura como produção de significado. Tradução de Haroldo Reimer. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 1986.

DUNN, James D.G. *A teologia do apóstolo Paulo*. Tradução de Edwino Royer. São Paulo: Paulus, 2003.

GIAVINI, Giovanni. *Gálatas: liberdade e lei na Igreja*. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulinas, 1987.

GUTHRIE, Donald. *A Epístola aos Gálatas*. Introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão. 1984.

KÖRTNER, Ulrich H.J., *Introdução à Hermenêutica Teológica*. Tradução de Paul Tornquist. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.

MESTERS, Carlos. *Flor sem defesa*. Uma explicação da Bíblia a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1983.

NADAIS, Hermínia. *Carta aos Gálatas*. Disponível em:
<http://omeuanopaulino.blogspot.com/2009/05/carta-aos-galatas.html>

NETO, Jonas, *Gálatas: a epístola da liberdade*. Disponível em:
<http://www.admarechalhermes.com.br/home/modules/Departamentos/images/ebd/02-10-2009.pdf>.

GIAVINI, Giovanni. *Gálatas: liberdade e lei na Igreja*. Trad. de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulinas, 1987 (Pequeno comentário bíblico), p. 83-84.

27. MESTERS, Carlos. Op. cit., p. 64.

POHL, Adolf. *Carta aos Gálatas*. Comentário Esperança. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1999.

RICHARD, Pablo. *Leitura popular da Bíblia na América Latina* (Hermenêutica da libertação). RIBLA, n. 1. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Imprensa metodista, São Leopoldo: Sinodal, 1988.

SCHNEIDER, Gerhard. *A Epístola aos Gálatas*. Petrópolis: Vozes, 1967.

Ademir Rubini
Rua São Pedro, 101
Bairro Vila Luíza
9072-720 Passo Fundo, RS
ademir_rubini@yahoo.com.br